



**Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil**



Montevidéu, 27 de julho de 2026

Estimados dirigentes participantes do Seminário Regional Acordo Mercosul - União Europeia. O desafio da sua implementação

Este seminário acontece em um momento decisivo para o futuro do Mercosul, da integração sul-americana e, sobretudo, para o futuro das nossas sociedades e das nossas classes trabalhadoras.

Vivemos um momento histórico marcado por uma grave crise geopolítica, exacerbação das contradições sociais e ameaça imperialista à soberania das nações, especialmente na América Latina.

Nesse contexto, ao discutirmos o acordo entre o Mercosul e a União Europeia, precisamos fazer uma pergunta fundamental: a serviço de quem deve estar a integração econômica e comercial?

Do ponto de vista da classe trabalhadora, a resposta me parece clara: nenhum acordo comercial pode ser considerado verdadeiramente positivo se não contribuir para melhorar a vida do povo, fortalecer o desenvolvimento soberano de nossos países, ampliar os direitos sociais e reduzir as desigualdades.

Não podemos aceitar uma integração que seja apenas uma abertura de mercados. Queremos uma integração que promova ganhos mútuos e desenvolvimento, emprego de qualidade, industrialização, soberania tecnológica, valorização do trabalho e justiça social.

O Mercosul não pode se conformar na posição de fornecedor de produtos primários e commodities, enquanto os países mais desenvolvidos concentram a produção industrial de maior valor agregado, a tecnologia e o conhecimento. Isso aprofundaria uma divisão internacional do trabalho que historicamente condenou a América Latina à dependência e à pobreza. Por isso, um dos pontos centrais para nós é a proteção e o fortalecimento da indústria no conjunto dos países do Mercosul. Vamos lutar por políticas que preservem empregos, fortaleçam as cadeias produtivas regionais e estimulem a indústria. A abertura comercial não pode significar desindustrialização, fechamento de fábricas, precarização do trabalho ou perda de capacidade produtiva.

Não podemos aceitar que os custos da integração sejam pagos pelos trabalhadores. É fundamental proteger e ampliar os direitos sociais e trabalhistas, assegurar trabalho decente, liberdade sindical, negociação coletiva, saúde, segurança e sistemas de proteção social. É inaceitável que os direitos sociais sejam tratados como obstáculos à competitividade. Não existe desenvolvimento sustentável com trabalho precário, baixos salários e perda de direitos.

Outro aspecto fundamental é a questão das assimetrias. Sabemos que existem enormes diferenças econômicas, tecnológicas e produtivas entre os países do Mercosul e a União Europeia. Por isso, qualquer acordo deve contribuir para reduzir essas desigualdades, e não aprofundá-las.



**Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil**



Precisamos de mecanismos concretos de compensação, financiamento, investimento e desenvolvimento regional. Precisamos garantir que os países e setores mais vulneráveis tenham condições de adaptação e desenvolvimento. Não podemos aceitar uma competição em condições desiguais como se todos partissem do mesmo ponto.

E aqui está um tema estratégico para o futuro: a transferência mútua de tecnologias. Não interessa aos nossos povos uma relação baseada apenas na compra de produtos industrializados e na exportação de matérias-primas, perpetuando uma divisão social injusta legada pelo colonialismo. Queremos cooperação tecnológica, intercâmbio científico, formação profissional e desenvolvimento conjunto de novas tecnologias.

A integração entre Mercosul e União Europeia deve possibilitar que nossas universidades, nossos centros de pesquisa, nossas empresas e nossos trabalhadores tenham acesso ao conhecimento e possam participar da construção de novas capacidades produtivas.

A transferência tecnológica não pode ser uma via de mão única. Deve haver cooperação e transferência mútua de tecnologias, respeitando os interesses soberanos de cada país e promovendo o desenvolvimento compartilhado.

Precisamos lutar também para mudar a forma como os acordos são discutidos e definidos. É indispensável fortalecer o diálogo social. Não é aceitável que decisões que terão impacto profundo sobre milhões de trabalhadores sejam tomadas exclusivamente por governos, diplomatas e setores empresariais.

Os trabalhadores precisam ter vez e voz. Os sindicatos precisam participar. Os movimentos sociais precisam participar. As organizações da sociedade civil precisam participar.

A democracia não termina na assinatura de um acordo. Ela precisa estar presente na sua construção, na sua implementação e no acompanhamento dos seus resultados.

Por isso, defendemos um maior protagonismo dos movimentos sociais na agenda de integração regional. E aqui quero destacar especialmente o papel do movimento sindical.

As centrais sindicais do Cone Sul têm uma responsabilidade histórica. Somos nós que conhecemos, na prática, os impactos das políticas econômicas sobre os trabalhadores, seus impactos nas fábricas, nos serviços, nos portos, nos transportes, nos bancos, nas escolas e nos hospitais.

Nós conhecemos a dor provocada pelo desemprego, pela precarização, pela terceirização e pela transformação tecnológica do mundo do trabalho. Por isso, nossa participação não pode ser apenas consultiva ou simbólica. Pleiteamos a participação direta e elevação da nossa capacidade real de intervenção e acompanhamento.

Ao mesmo tempo, precisamos construir uma agenda sindical comum para o Mercosul e para as relações com a União Europeia, fortalecer a coordenação entre as centrais sindicais, ampliar a solidariedade internacional e construir mecanismos permanentes de monitoramento dos impactos do acordo sobre o emprego, os salários, os direitos e as condições de trabalho.



**Central dos Trabalhadores
e Trabalhadoras do Brasil**



A integração só terá legitimidade e solidez se for capaz de produzir resultados concretos para nossos povos. Não somos contra o comércio. Somos contra um modelo de comércio que aumenta a concentração de riqueza, destrói empregos e aprofunda a dependência.

Defendemos um comércio que promova desenvolvimento com justiça social. Somos a favor de uma integração que reduza as assimetrias, fortaleça a soberania dos países e coloque os trabalhadores no centro das decisões.

Entendemos que o acordo precisa também contemplar os seguintes critérios: emprego decente; direitos sociais; fortalecimento da indústria; redução das assimetrias; cooperação e transferência tecnológica; desenvolvimento sustentável; diálogo social efetivo; participação dos movimentos sociais.

O futuro da integração não pode ser decidido sem a participação daqueles que constroem a riqueza de nossas sociedades. A classe trabalhadora precisa ser protagonista da integração. O Mercosul que defendemos é um Mercosul dos povos, do trabalho e da solidariedade.

Uma integração que não seja apenas entre mercados, mas entre povos. Uma integração que não sirva para concentrar riqueza, mas para distribuir oportunidades. Uma integração que não aprofunde as desigualdades, mas que construa um futuro comum de soberania, desenvolvimento e justiça social.

É essa a tarefa que está diante de nós, é esse o conteúdo e objetivo da nossa luta. E é por isso que o movimento sindical do Cone Sul precisa estar unido, organizado e atuante. Sem a participação dos trabalhadores, não haverá integração verdadeiramente democrática. E sem justiça social, não haverá integração verdadeiramente sustentável.

Adilson Gonçalves de Araújo

Presidente Nacional da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil – CTB

presidencia@ctb.org.br

(55) 11 97475-2068